



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA – CBH FURNAS - 2025

Aos cinco dias de fevereiro do ano de 2025, às 14 horas, deu-se início à 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas (CBH Furnas) do ano de 2025, realizada por meio virtual através da plataforma Microsoft Teams, para tratar dos seguintes itens de pauta: **Item 1.** Abertura da sessão e verificação do quórum; **Item 2.** Aprovação da ata da 3ª Reunião Extraordinária ocorrida em 27 de novembro de 2024; **Item 3.** Informações sobre as alterações no apoio administrativo do Comitê e sobre o início do trabalho da AGEGRANDE; **Item 4.** Apresentação da 1ª Oficina do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) – Lívia Silva - AGEGRANDE; **Item 5.** Esclarecimentos sobre as mudanças na Diretoria do CBH Furnas; **Item 6.** Apresentação das propostas de encaminhamento e reforço para a Campanha Água Limpa Esgoto Zero na Represa de Furnas; **Item 7.** Assuntos gerais; **Item 8.** Encerramento. Estavam presentes na reunião os seguintes membros: Vladimir Rabelo Lobato e Silva e Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam); Hélio de Almeida Pereira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG); Pedro Gustavo Ulisses Frederico (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad); Rony Henrique Leite (Município de Cabo Verde); Fausto Costa (Associação dos Municípios do Lago de Furnas – ALAGO); Daniel D’leslie Fernandes Botelho (Município de Campo Belo); Cristiane Marina dos Santos Novaes (Município de Alfenas); Lucas Toti Rocha (Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda); Marco Aurélio Ribeiro e Ivan Renato Rodrigues (COPASA); Nathalia Luiza Fonseca Martins (FIEMG); Francisco Fernandes de Almeida Júnior (FAEMG); Gilson de Oliveira Wenceslau e Vicente Paulo Rodrigues (Associação Regional de Proteção Ambiental – ARPA); Carlos Frederico Loiola e Volmir Maida de Siqueira (CRBio); Clibson Alves dos Santos (UNIFAL/MG); Thayse de Castro (Associação do Circuito Turístico Lago de Furnas – ACILAGO). Apoio: Fabiana Monteiro de Moura Fernandes Campos (Igam); Convidados: Sargento Ederson Mendonça (PMMG), Liliane Arantes (Município de Córrego Fundo), André Luiz de Paula Marques, Lívia Côrrea Silva, Aline Alvarenga, Marina Mendonça Costa de Assis e Júlio César da Silva (Agevap), Robson Rodrigues dos Santos, Tayná Uber e Felipe Silva Marcondes (Igam) e Gonzalo Vázquez (ANA).

Item 1. Após a verificação do quórum deu-se início à reunião, o vice-presidente Carlos Frederico Loiola agradeceu a presença de todos e iniciou os trabalhos às 14h20min. **Item 2.** Aprovação da ata - A ata da 3ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 27 de novembro de 2024, foi apresentada e Carlos Loiola solicitou a manifestação dos conselheiros sobre o documento. Todos os presentes aprovaram a ata sem abstenções ou ressalvas. Seguiu-se ao **Item 3.** Carlos Loiola informou sobre o início do trabalho da AGEGRANDE em março e já passou a palavra para Aline Alvarenga para que pudesse dar início à Oficina de apresentação do Plano Plurianual de Aplicação (PAP) pautado no **Item 4.** Aline Alvarenga se apresentou como Diretora Interina após a saída do André Marques e informou que a Lívia Côrrea será o ponto focal da AGEGRANDE para atendimento aos CBHs do Grande. Tranquilizou a todos dizendo que mesmo com a saída do André logo depois da assinatura do Contrato de Gestão realmente assustou um pouco, mas que ele tinha uma base muito forte e passou isso para todos. Reforçou que a Agevap tem uma equipe muito competente, muito forte e muito dedicada e assegurou que estão muito empenhados em viabilizar a implementação do Contrato de Gestão dos sete comitês afluentes do Grande. Disse ainda que estão trabalhando para viabilizar também a assinatura do Contrato Federal da bacia do Grande. Aline Alvarenga passou a palavra para Lívia Côrrea, mas o microfone dela deu um problema e enquanto resolvia o problema, Carlos Loiola pediu para antecipar o assunto do Item 5. Dessa forma, informou sobre algumas mudanças que acontecerão na Diretoria do CBH Furnas. Esclareceu

que como houve mudança na gestão dos municípios, o atual presidente do CBH, Matheus Alves, estava nomeado representando o município de Nepomuceno, porém, como não houve continuidade na gestão, ele foi desligado da Prefeitura e em breve será substituído. Explicou ainda que com a substituição do Matheus, a Diretoria ficará sem presidente, pois o novo representante da Prefeitura de Nepomuceno não assume automaticamente o cargo. Informou que em reunião com a Diretoria ficou acordado que ele como vice-presidente responderia interinamente pelo CBH Furnas, até resolverem se fazem a eleição agora ou esperam até setembro/outubro quando haverá a eleição de uma nova Diretoria em todos os CBHs mineiros. Frisou que ele, Jane e Thayse estão organizados e alinhados para dar continuidade as atividades do CBH. Nesse momento, Livia retornou à reunião já com os problemas do áudio solucionados e Carlos passou a palavra para que ela desse início a sua apresentação. Livia disse que a Oficina será apresentada por ela e pela Marina Assis e que o foco é falar sobre os investimentos, as ações que o CBH quer priorizar para investir. Lembrando que tudo deve estar baseado no Plano de Recursos Hídricos para garantir sua execução. Salientou que a participação do comitê é fundamental para priorizar as ações e garantir a capacidade de execução dos recursos. Apontou que ao final da Oficina, Marina irá apresentar alguns projetos e programas que já são executados em outras bacias. No início da apresentação reforçou que o Plano de Recursos Hídricos é o instrumento estratégico e que o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) tem um horizonte maior de planejamento. Citou também o Manual Operativo (MOP) que é um instrumento tático operacional, que olha para dentro do Plano e estabelece ações de curto prazo, para os próximos cinco anos. Ele traz um detalhamento maior do Plano para poder tirar do papel aquelas ações que podem ser executadas em curto prazo. Citou também os dois instrumentos para operacionalização dos recursos da Cobrança, que são muito importantes, o PAP e o Plano Orçamentário Anual (POA). Explicou que o PAP abrange as ações onde tem investimento e qual será a destinação dos recursos arrecadados com a Cobrança. Lembrou que o POA já foi aprovado pelos Comitês no final de 2024 e financia todas as atividades operacionais da entidade equiparada. Citou a atualização do PIRH e disse que o foco está em priorizar as ações que podem ser executadas em curto prazo e garantir que sejam implementadas até o final do ciclo de 2030. Após explicar todo o contexto do Plano, afirmou que é necessário olhar também para o Contrato de Gestão que foi assinado em 2024 e que tem vigência até 2034, em que o Igam é o órgão gestor e a Agegrande é a entidade equiparada para atender os sete comitês mineiros da bacia do Rio Grande. O Contrato tinha algumas metas estipuladas, entre elas: o estudo da instalação da sede administrativa da Agência, que seria uma sede única para todos os CBHs e que será instalada no Sul de Minas. Outra meta estipulada diz respeito ao cronograma de aprovação do PAP, meta que estamos trabalhando no momento e que estamos cumprindo de acordo com o cronograma previsto. Outra meta já cumprida foi a aprovação do POA 2024/2025 por todos os CBHs. O Contrato de Gestão ainda estabelece para 2025 que a Agegrande tem até setembro para estar com a sede instalada. Frisou que estão trabalhando para que essa meta seja cumprida antes do prazo, para facilitar a execução das atividades. Ressaltou que a grande meta a ser cumprida em 2025 é a implementação da Secretaria Executiva, pois o Igam assumiu essa função por mais seis meses após a assinatura do Contrato e em março esse prazo finda e a Agegrande assume a competência de fazer a gestão executiva dos CBHs, criar os sites para cada Comitê, apoiar na execução do processo eleitoral das Diretorias e demais atividades demandadas pelos CBHs. Pontuou que neste ano, por causa de todo esse processo de estruturação da agência e também pelo início da arrecadação, não existe a expectativa de que comecem a fazer investimentos. Apresentou um quadro com a expectativa de arrecadação prevista referente aos 92,5% e disse que irão trabalhar com um horizonte até 2029. Ao longo desses anos a estimativa é que trabalhemos com cerca de 63 milhões para investimento em todas as bacias. Estimou que o CBH GD3 terá aproximadamente 9 milhões para investimento nesse período e explicou que alguns investimentos serão compartilhados com os demais Comitês e outra parte será investida apenas na bacia do CBH Furnas. A previsão é que em 2026 comecem realmente a colocar o planejamento para rodar com mais celeridade. Ressaltou que esse trabalho de atendimento ao comitê é de transparência e disponibilidade de informação e que a partir de 2026 começam a trabalhar a questão de capacitação, mobilização, comunicação social, que é uma ansiedade que todos os Comitês apresentam e que também é uma atividade prevista para a Secretaria Executiva. Deixou claro que serão avaliados pelo Igam tanto pela execução física quanto pela execução financeira do PAP. Falou ainda sobre conseguir parcerias para investimentos. Quando a entidade consegue outros parceiros que invistam em projetos na bacia ganham bonificação e são mais bem avaliados incentivando esse tipo de ação. E isso é muito importante, pois todo mundo tem em mente que os problemas da bacia são muito maiores do que os recursos hoje disponíveis e ninguém tem a expectativa que o recurso da Cobrança consiga solucionar todos os problemas relacionados à agenda de recursos hídricos dentro da bacia. Pediu para que tenham em mente o Pacto de Integração assinado por todos os Comitês em 2022/2023. O

Pacto traz essa questão da gestão integrada dos recursos e fala que a entidade equiparada deverá elaborar um PAP integrado para todos os CBHs com os recursos da Cobrança, em conformidade com os respectivos PDRHs e aprovado por cada Comitê. Isso permitirá que um CBH possa investir um pouco mais ou menos em alguma ação, mas pensando sempre na capacidade da Agência e na capacidade de execução do recurso disponível. Resumindo explicou que o PAP deve “observar os princípios da economicidade, eficiência, otimizando as despesas e visando maximizar os investimentos e resultados para a manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos”. Falou um pouco sobre a Portaria Igam nº 52/2019 que estabelece os procedimentos e normas para aplicação dos recursos e explicou em linhas gerais que o PAP estabelece as diretrizes para aplicação dos recursos oriundos da Cobrança pelo uso de recursos hídricos, e de acordo com a legislação deve ser proposto pela AGEGRANDE e aprovado pelos CBHs. Frisou que o PAP deve contemplar os componentes e programas dos PDRHs e as ações priorizadas no período de vigência do Contrato de Gestão e que pode ser revisado anualmente com as alterações sendo validadas para o ano subsequente. Disse que como o PAP tem dez anos de vigência irão trabalhar com dois ciclos de planejamento – 2025/2029 e 2030/2034 para adquirirem maturidade ao longo do processo. O planejamento é que sejam realizadas pelo menos duas oficinas por Comitê para apresentar o PAP e tentar pactuar e definir o máximo possível de ações e após essas oficinas já levar o Plano para aprovação das plenárias. Dando continuidade, falou que o PAP é estruturado em eixo, subcomponente, ação programada e atividade. Essa estrutura de certa forma, conversa um pouco com o Plano e vai se adequando a ele. Os eixos são determinados pelas normativas do Igam, sendo que o primeiro eixo de Programas e Ações de Gestão compreendem as ações que visam garantir a qualidade e quantidade dos recursos hídricos, seja no trabalho de diagnóstico, sensibilização da população da bacia hidrográfica etc, que entra muito naquela questão de educação ambiental e mobilização. O segundo eixo se refere aos Programas e Ações de Planejamento e objetivam apoiar os investimentos que contribuam para instrumentalizar e aprimorar a gestão de recursos hídricos relativo às ações de planejamento por meio do desenvolvimento de instrumentos estabelecidos pela Política Estadual de Recursos Hídricos. O terceiro eixo se refere ao Programa e Ações Estruturais que são as obras de engenharia que visam a implementação dos projetos desenvolvidos relativos à melhoria da qualidade e quantidade de água da bacia, incluindo ações não estruturais voltadas para o combate à causa dos problemas. Posteriormente apresentou uma estrutura inicial do PAP sem muito detalhamento, para que os conselheiros entendam o que precisa ser feito a curto prazo e para que na próxima oficina possam discutir as prioridades na bacia. Lívia finalizou sua parte da apresentação e passou a palavra para Marina Assis que apresentou os programas e projetos implantados em outras bacias atendidas pela Agevap, entre elas a do Rio Paraíba do Sul e Rio Doce. Frisou que essa apresentação vai ajudar a dar mais visibilidade sobre esses projetos integrados realizados nessas bacias. Disse ainda que a ideia é mostrar coisas práticas que a Agevap tem feito nessas linhas temáticas e ajudar a pensar algo mais concreto e personalizado para a realidade da bacia. Mostrou projetos como o SIGA – Sistema Integrado de Gestão das Águas; projetos focados na Segurança Hídrica e Eventos Críticos onde há um aporte de recursos para elaboração de projetos e depois a execução de obras nessa parte de incremento de água, de abastecimento. Falou também sobre o Sistema de previsão de vazões e níveis, projeto que abrange a bacia do Rio Doce e tem a parceria da CPRM. Frisou nesse caso a importância das parcerias, conforme foi falado pela Lívia anteriormente. Apresentou também o PROTRATAR – Programa de Tratamento de Águas Residuárias da Bacia do Rio Paraíba do Sul que tem foco no saneamento e esgotamento sanitário. Falou sobre o Programa Sanear Guandu que é um programa de esgotamento sanitário de áreas periurbanas e rurais da bacia do Rio Guandu, em Resende/RJ. Apresentou ainda o Programa Mananciais, que é um programa que da bacia do Paraíba do Sul com enfoque em ações conjuntas para conservação e recuperação nas microbacias. É um programa da agenda de infraestrutura verde, mas que também tem o tratamento de esgotamento sanitário. Mostrou também o Programa Rio Vivo focado no isolamento e proteção de nascentes na bacia do Rio Doce e o PSA da bacia do Rio Doce. Marina falou um pouco também sobre os dois formatos de contratação: 1. quando a entidade equiparada, licita diretamente, fazendo um acompanhamento mais direto e 2. Quando a entidade equiparada, junto com o município, faz um edital de chamamento público. Apresentou um fluxograma com as etapas do PAP, da sua construção (momento atual) até a sua implementação. Finalizou a apresentação dizendo que é importante elaborarem o PAP de forma mais realista possível, dentro da realidade da bacia e dentro da realidade operacional. Lívia e Marina se colocaram à disposição para os questionamentos e dúvidas. Carlos Loiola agradeceu a apresentação e a presença de André Marques e abriu a palavra para os conselheiros, que se manifestaram contribuindo com a discussão. As discussões foram muito ricas e o debate foi muito importante para que todos os presentes pudessem compartilhar ideias, experiências, questionamentos e dúvidas. A equipe da AGEGRANDE esteve o tempo todo auxiliando, respondendo as dúvidas e dando suporte

aos questionamentos. Como o debate se prolongou, o vice-presidente Carlos Loiola sugeriu deixar o Item 6. que seria a apresentação das propostas de encaminhamento e reforço para a Campanha Água Limpa Esgoto Zero na Represa de Furnas para a próxima reunião e todos concordaram. **Item 7.** Ficou acordado entre os presentes que a 2ª Oficina do PAP será realizada no dia 17/02/2025 no período da tarde. Definiram ainda que será realizada uma reunião plenária extraordinária, para aprovação do PAP no dia 10/03/2025, provavelmente presencial em Alfenas. Aline Alvarenga agradeceu a oportunidade e disse que a reunião foi muito produtiva. Carlos Loiola agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada às 16h50min.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Loiola, Vice-Presidente (a)**, em 10/03/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **108977300** e o código CRC **EC1BC688**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000897/2025-36

SEI nº 108977300